

COMENTÁRIOS SOBRE A POLÍTICA E A ÉTICA NA VISÃO DE WEBER E SUAS CORRELAÇÕES

(Linha 7 - Políticas Públicas, Participação e Democracia)

Alan Silva Bacelar⁹⁶

Luiz Antonio Coêlho da Silva⁹⁷

Maria Helena Carvalho Costa⁹⁸

Sergiorlando Santa Cruz da Silva⁹⁹

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é compreender a correlação entre a ética e a política através da obra de Max Weber. Quanto aos objetivos específicos, têm-se: explicar sobre a engrenagem política e suas peculiaridades; tipos de Líderes na visão de Weber; tipos de políticos na visão de Weber e correlação entre ética e política. A metodologia desse artigo é descritiva, com razoável profundidade sobre o assunto, de natureza qualitativa, onde devido ao seu empenho no rigor científico e metodológico ajudará a melhor compreender a problemática abordada, através de referências bibliográficas, com autores, como: Secci (2009) e Weber (1971). Como resultados têm-se que: existe a correlação entre a ética e a política, mas que muitos indivíduos acreditam que não há ética na política; esta pesquisa serviu para quebrar esse paradoxo. Cada gestor possui um modo de administrar e uma forma de liderar. Houve a distinção entre os funcionários concursados e os comissionados, demonstrando a importância de cada um na engrenagem política; e observou-se que toda classe política contém ética profissional, não prevalecendo o conceito da moral. Com isso, cabe aos próprios cidadãos o processo de mudança na cultura política, pois, com o distanciamento das manobras clientelistas, certamente irá se construir instituições mais consolidadas e ancoradas na legalidade.

Palavras-chave: Ética – Política – Weber.

⁹⁶ UFCG - Graduando em Ciências Sociais. Email: alandddk@gmail.com

⁹⁷ UFCG – Doutor em Ciências Sociais e professor da UFCG. Email: luidd@yahoo.com.br

⁹⁸ UFCG – Graduanda em Gestão Pública. Email: hellenacarvalho1@gmail.com

⁹⁹ UFCG – Graduando em Gestão Pública. Email: sergiorlando.santacruz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em discussões acadêmicas antigas e recentes vem se abordando o viés sobre a diferenciação entre o que é um bem público e privado. Desde a criação do Estado citado por Hobbes em seu livro *Leviatã* (2006), essa dicotomia não aparenta ser algo simples, o mesmo salienta que através de um “pacto social”, os sujeitos entram em um acordo e escolhem um soberano para gerir esse Estado, porém, essa gestão soberana permite ao monarca direitos a todas as propriedades públicas e privadas, não diferenciando ambas propriedades.

Segundo Weber *apud* Secchi (2009):

Weber identificou o exercício da autoridade racional-legal como fonte de poder dentro das organizações burocráticas. Nesse modelo, o poder emana das normas, das instituições formais, e não do perfil carismático ou da tradição. A partir desse axioma fundamental derivam-se as três características principais do modelo burocrático: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo (SECCHI *apud* WEBER, 2009, p. 05).

Para entender por completo a cisão entre patrimônio público e privado, Secchi cita uma parte da obra de weber que salienta três características essenciais para qualquer administrador público. Essas características são: formalidade, impessoalidade e profissionalismo. O gestor que possuir essas três características na ótica de Webber está imunizado a qualquer armadilha do clientelismo e do patrimonialismo.

No cotidiano da política atual é muito fácil observar traços do clientelismo e patrimonialismo. Segundo Carvalho (1996) o clientelismo é uma relação social entre atores, que se utilizam das suas relações para conseguir vantagens pessoais, especialmente no cenário público. Ainda sobre Carvalho (1996) o patrimonialismo é se apropriar de um bem público, para se conseguir vantagens pessoais.

Este artigo propõe estudar de forma resumida a vertente do clientelismo e do patrimonialismo, e o modo em que ambos os conceitos são aplicados na sociedade brasileira. Ao averiguar o modo que esses conceitos são aplicados, essa pesquisa tem como enfoque principal elucidar os indivíduos sobre essa prática, e criar anticorpos para diminuir esses exercícios.

Neste contexto, o problema de pesquisa é: **Como entender os tipos de políticos e líderes a partir da ótica de Weber, correlacionando com a política e a ética?**

O objetivo geral deste trabalho é compreender a correlação entre a ética e a política através da obra de Max Weber. Quanto aos objetivos específicos, têm-se: explicar sobre a

engrenagem política e suas peculiaridades; tipos de Líderes na visão de Weber; tipos de Líderes na visão de Weber e correlação entre ética e política.

Este trabalho se justifica pela curiosidade dos pesquisadores em analisar a dominação política através do coronelismo e clientelismo. Se justifica ainda pelas contribuições acadêmicas e sociais, já que novos estudos propiciam uma melhor leitura da realidade a fim de transformá-la e provocar melhorias de vida em seus atores sociais.

A estrutura deste artigo será composta por uma Introdução, Objetivo Geral e Específico, Metodologia, Referencial Teórico, Resultados e discussões e Referências bibliográficas.

METODOLOGIA

A metodologia desse artigo é descritiva, com pouca profundidade sobre ao assunto, de natureza qualitativa, onde através das teorias e referências analisadas, e devido ao seu empenho no rigor científico e metodológico conseguiu-se compreender melhor a problemática abordada, através ainda de autores renomados, como: Hobbes (2006), Perez (2004), Secci (2009) e Weber (1971).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Engrenagem Política e suas peculiaridades

A Política é algo que se vem discutindo desde o período clássico. Vários autores contribuíram para o desenrolar desse conceito, entre eles estão Aristóteles, Platão, Maquiavel, Hobbes, Locke, Karl Marx, Lênin, Gramsci, Max Weber etc. Segundo Weber (1971, p.56) “ Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feito com vista a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único estado”.

Segundo Weber (1971):

Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a nação de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado- reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (WEBER, 1971, p. 56).

O Estado é a ferramenta capaz de controlar todas as forças advindas das instituições encontradas no interior da mesma. Essa coesão se dá através do uso legitimado da força, pois só o Estado terá a legitimidade de exercer essa força coercitiva sobre seus dominados. Essa dominação é um pacto que os individuais realizam no sentido de que o único “homem” ou

instituição capaz de lhes governar seria o Estado, pois não caberia a mais ninguém essa responsabilidade.

Com o nascimento do Estado tornou-se possível o diálogo entre governante e povo. Foi a partir do século XIX que esse aperfeiçoamento da “teoria da democracia” se fez mais presente, isso ocorreu devido a vários movimentos decorrentes da época, inclusive o Iluminismo, foi a partir destes que se deu início à cisão entre senso comum e ciência. Segundo Perez (2004) foi nesse período que começa a surgir a democracia como é conhecida atualmente, a mesma se ancorava em ideologias como a de Rousseau, Madison, Benhan, entre outro teóricos que contribuíram para compreender a complexidade entre o direito a liberdade e o poder coercitivo do Estado.

Com essa nova forma de governo participativo, torna-se necessário criar uma gestão que abarque todo um plano Social, e foque principalmente nas demandas e necessidades de sua população. Segundo Kauchakje (2009) necessidades são as condições mínimas para sua sobrevivência de um povo. Ainda sobre Kauchakje (2009) demandas são produtos que estão hibridados diretamente com as relações sociais, e tem como principal ênfase atingir o público mais carente.

Apesar da estrutura do Estado e seus mecanismos existirem em função do controle da sociedade, alguns dos “representantes do povo” utilizam essas ferramentas para conseguir vantagens pessoais. Essas atitudes além de serem consideradas ilegais, mancham todo um traçado histórico de conquistas sociais adquiridas ao longo do tempo. Assim, compreende-se que um legislador deve está ancorado na constituição, e não na moral coletiva.

Tipos de Líderes na visão de Weber

Weber em sua obra a política como vocação (1993) elenca três tipos de líderes, e esses líderes são: O Líder tradicional, carismático e Burocrático. O Líder tradicional possui a característica liderar através do “passado eterno”, ou seja, ele é um tipo de liderança que se faz valer a partir da sua história cultural. Esse tipo de liderança se fazia frequente no feudalismo, onde um patriarca ou grandes senhores de terra se utilizava de uma tradição reprodutivista, no sentido em que por meio da sua hereditariedade ou “passado eterno” fazia-se valer sua legitimidade.

O líder carismático partilha de uma ótica dicotômica do líder tradicional. Ele irá reger seus dominados a partir da sua simpatia, bom humor, carisma etc. Esse tipo de liderança pode ser muito perigoso, no sentido que o mesmo pode-se utilizar de uma demagogia traiçoeira e

ferrenha para governar seu principado ou Estado. Essa Liderança se faz frequente em tempos de crise ou revolução, onde esse determinado líder encontra uma nação totalmente fragilizada, e através do seu discurso demagogo, mas eficiente, promete a toda uma nação que o mesmo será o antídoto para a resolução dessa determinada crise.

O líder burocrático não está preocupado com o seu “passado eterno” ou carisma, mas sim em exercer seu governo de uma maneira técnica, ou seja, o mesmo se preocupa em realizar seu governo ancorado no estatuto da legalidade, visto que para ele o melhor modo de controlar o Estado seria o cumprimento ferrenho da constituição.

É importante ressaltar que o que irá fazer com que esses indivíduos obedeçam às ordens dos governantes seria o medo e a esperança. O medo dos indivíduos para com seu chefe político está voltado a sua força coercitiva, visto que o governante estabelecendo uma ditadura e o cidadão contrapondo os interesses do Estado, esse mesmo irá receber algumas represálias, no sentido mais amplo da palavra, e seu medo faz com que ele aceite a legitimidade desse governante autoritário. A esperança dos indivíduos para com seu governante está voltada a duas vertentes. A primeira seria que por motivos divinos, sendo que o mesmo não deveria contrapor as ordens do seu comandante, isso faria que os mesmos ao obedecer a seu chefe, estariam obedecendo a Deus, e isso os levariam ao paraíso. A segunda seria a esperança em visualizar seu País ou Estado em um progresso contínuo, e só esse chefe político teria a capacidade de melhorar a vida dos seus subordinados.

Esses três tipos de líderes elencados tem como principal objetivo obter uma maior força no aparato burocrático do Estado e controlar ao máximo a coesão social, cada um a seu modo. Mesmo ambos obtendo um enfoque principal na coesão social, Weber (1993) deixa claro a rentabilidade e os benefícios sociais de ser tornar um “representante do povo”.

Políticos por vocação e políticos profissionais

Weber em sua obra “A política como vocação” (1993) categoriza dois tipos de políticos: Político profissional e Político por vocação.

O político profissional seria aquele indivíduo que visa à política como um canal que irá possibilitar sua ascensão social, e principalmente econômica. Quando o mesmo ingressa na política a princípio, sua preocupação inicial seria com o seu salário e as regalias que o ofício iria lhe permitir. Porém, isso não irá dizer que essa categoria de político não esteja voltada para o desenvolvimento de sua nação, o mesmo ao ser categorizado como um político profissional,

não quer dizer que tecnicamente o mesmo não seja eficiente, todavia sua principal preocupação a princípio seria seu salário, e a política seria o canal mais rápido para sua ascensão econômica.

O político por vocação faz da política um canal de transformação da sociedade. Esse tipo de político ingressa nesse cenário, e sua primeira preocupação não seria seu salário, pois o mesmo possui outra profissão que lhe dá uma estabilidade financeira. Essa categoria de políticos obtém duas características marcantes, a primeira seria uma transformação no cenário político, onde através da sua entrada na política, o mesmo projeta um futuro melhor para sua nação, e a segunda característica seria ascensão social, e a política de certo modo faria com que o mesmo adquira certo prestígio.

Com a categorização e explanação dos políticos profissionais, e políticos como vocação, pode-se dizer que um vive para a política e outro vivia da política. Quando um político vive para a política, o mesmo não tem uma ênfase maior no seu salário, mas sim na transformação no meio em que o mesmo vivencia, transformando assim o bem estar de todos, neste caso esse tipo de político seria por vocação. O que vive da política, faz da mesma uma profissão, sua preocupação maior seria o salário, ele ao ingressar na política não visualiza na mesma um canal de mudança, mas sim um trampolim para sua ascensão social, logo esse tipo de político seria o político por profissão.

Devido aos vestígios da cultura Ibérica na sociedade brasileira, introduziu-se uma cultura do “homem cordial”, conceito citado por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro Raízes do Brasil (1963), que o brasileiro não contém o hábito de resolver seus problemas de uma maneira burocrática, e sim de um modo mais “clientelista”. Na política esse ranço se encontra mais enraizado, onde é nela que fica nítido as negociações e as vantagens que ambos os negociantes tentam puxar para si, deixando de lado toda uma legalidade em troca de vantagens pessoais.

O funcionário administrativo e funcionário político

O funcionário político contextualizando para a política brasileira seria o funcionário comissionado. Essa categoria serve de curral eleitoral para o gestor, e ao mesmo tempo eles seriam os homens de confiança do chefe de governo. Os funcionários comissionados dependem ativamente da política para se auto-sustentar e sustentar sua família. Eles não são funcionários permanentes, caso o gestor que os mesmos apoiem na campanha política perca, essa categoria de funcionários certamente iriam perder seus empregos, pois a gestão que irá suceder a atual

irá colocar funcionários da sua confiança, e esses por apoiarem a gestão contrária está automaticamente descartados dos seus cargos.

Os funcionários administrativos na política brasileira seriam os funcionários concursados. Eles diferentemente dos funcionários comissionados, são profissionais permanentes. Independente da gestão que irá assumir, os mesmos continuaram nos seus postos, pois para eles assumirem esse determinado cargo, tiveram que passar por um processo seletivo, onde através do seu mérito pessoal alcançaram seus objetivos, e diferentemente dos funcionários comissionados, não se tornarão tão refém da política quanto os mesmos.

A imprensa é uma das principais ferramentas contra o clientelismo, coronelismo, corrupção política, nepotismo, cartel, entre outros meios de se conseguir vantagens pessoais, caso a mesma seja utilizada em benefício da sociedade, e não de uma pequena elite. Segundo Weber (1971), o jornalista se fez uma das principais categorias a reproduzir a demagogia, junto ao político, principalmente o carismático. Devido à desonra de alguns profissionais jornalistas que não se utilizaram da sua ética profissional, a categoria se encontra manchada pelo ar da corrupção, onde muitos em suas colunas recebem gratificações para modificar seu texto em prol de alguém ou alguma coisa. Quando isso acontece percebe-se que esse profissional não foi ético, no sentido em que o mesmo não honrou o estatuto da sua profissão, se corrompendo em troca de favores pessoais.

Segundo Weber (1971, p. 82):

As pessoas envolvidas, tanto os diretores dessas publicações como os jornalistas do sensacionalismo, ganharam com isso uma fortuna, mas nada se ganhou no capítulo da honra jornalística. Não quer isto dizer que se deva rejeitar o princípio da assinatura dos artigos; o problema é, em verdade, assaz complexo e o fenômeno que mencionamos não tem qualquer significação de caráter geral. Constatamos simplesmente que essa prática não se revelou, até o presente, meios adequados para formar chefes verdadeiros e políticos que tenham senso de responsabilidade.

Alguns indivíduos que estão envolvidos na esfera midiática trocam sua honra jornalística em prol de uma determinada quantia, abandonando assim toda uma ética profissional, e o compromisso com uma informação confiável, com isso torna-se refém de um pequeno grupo que contém os capitais sociais e econômicos.

Uma estratégia para se observar manobras como clientelismo e coronelismo na esfera pública é compreender como se dá o funcionamento de um partido político. É nele que acontece a hierarquização do poder, o remanejamento de cargos, alianças em prol de benefício para o mesmo, entre outras coisas.

Para se conseguir êxito em uma campanha, os partidos políticos, junto aos seus líderes procuram indivíduos capacitados socialmente ou economicamente para trabalharem em cargos de suma importância no cenário político. Um desses cargos seria o Whip e o Agente Político.

O Primeiro seria o Whip ou Chefe de Gabinete, ele ficaria responsável pela parte burocrática do político. Ele teria a responsabilidade de instruir de uma forma mais eloquente seu chefe a respeito de assuntos de interesses da comunidade, tornando-se assim seu braço direito e realizador da grande maioria dos assuntos técnicos.

O Agente Político seria o investidor da campanha de um determinado candidato. Ele não está preocupado com a moralidade da política, mas sim em conseguir lucros. O Agente Político poder ser considerado como um grande empresário, sua principal preocupação está em conseguir lucros e votos para o candidato em que o mesmo apoiou. Esse tipo de profissional geralmente age no anonimato, não se preocupando com a ascensão no cargo político. O mesmo não está tão preso aos partidos políticos, no sentido de seguir uma lógica doutrinária, todavia, seu capital só poderá ser investido nos candidatos em que os partidos lançaram para a campanha.

O sistema de despojo é algo muito frequente na política. Essa prática é a luta constante dos partidos na disputa de cargos na máquina política. Essa luta acontece de um modo mais ferrenho nos partidos de menos expressão, pois os mesmos por não possuírem uma linha doutrinária rígida e firme, se ocupam em travar batalhas a um cargo na máquina política.

De acordo com Weber (1971, p. 96):

Em nossos dias, que significa para a formação dos partidos, esse *spoil system*, isto é, a atribuição de todos os postos da administração federal aos partidos dos candidatos vitoriosos? Significa simplesmente, que os partidos, sem nenhuma base doutrinária, reduzidos a puros instrumentos de postos, opõem-se uns aos outros e elaboram, para cada campanha eleitoral, um programa que é função das possibilidades eleitorais.

Um indivíduo pode ser considerado chefe político quando o mesmo possui uma personalidade de liderança, seja ela tradicional, carismática ou burocrática. O chefe político é o sujeito que possui maior influência no poder em que o mesmo exerce. Fica em suas mãos a maior responsabilidade de nomear profissionais políticos a seus determinados cargos. Essa nomeação acontece através da sua hierarquia perante seu partido, pois o mesmo no poder que influência possui o maior nível hierárquico.

O sujeito ao chegar a esse nível hierárquico adquiriu um grande prestígio perante toda uma classe política, é nesse estágio que acontece com maior frequência o clientelismo e coronelismo. Ao chegar ao topo na hierarquia política, o chefe político através de suas alianças e poder, consegue indicar alguns indivíduos para ocuparem os cargos públicos, em troca o mesmo ganharia sua fidelidade e voto. O coronelismo é a força simbólica que esse chefe efetua

sobre seu “subordinado”, pois o “coronel” repleto de bondade presenteou o indivíduo com um emprego, logo, o mesmo está fadado a retribuir esse presente com seu voto.

O Chefe político deve possuir três características. A primeira seria a paixão, a segunda é a ética de responsabilidade e a terceira o senso de proporção. A paixão seria o sentimento ardente do chefe política a causa que o mesmo resolveu transformar. Essa paixão se faz no gozo em exercer essa profissão, pois a mesma lhe dá a chance de transformar o mundo em um lugar cada vez melhor. A ética de responsabilidade seria a conduta do indivíduo nos atos que o mesmo alcançou, o indivíduo para se conseguir determinada ação, deve-se percorrer os caminhos mais honestos, caso contrário sua ética de responsabilidade estaria fadada a demagogia. O senso de proporção é a capacidade do chefe político em perceber a sutileza de averiguar que mesmo sendo a autoridade máxima do território que o mesmo gerencia, deve notar que tudo aquilo que possui no território em que o mesmo administra não é dele e sim do povo.

Breve correlação entre ética e política

Existe uma correlação entre ética e política. Ambas estão altamente interligadas, no sentido em que o político ao assumir um cargo plebiscitário o mesmo faz um juramento em honrar aquele determinado período de tempo que irá exercer esse mandato, isso seria a ética profissional. Caso um representante realize uma ação que não seja irregular perante a constituição, mas de certo modo seja deselegante perante a sociedade, o mesmo não está sendo antiético, mas sim estão lhe faltando valores em comum com a sociedade em que o mesmo vivencia. Logo se percebe que ética não é a mesma coisa de moral, a ética está correlacionada a profissão que o mesmo exerce, e a moral os valores que o mesmo partilha.

Segundo Diniz (1999):

Não se trata evidentemente de um interesse neutro. Ao contrário, o objeto em si suscita ampla controvérsia, dado o preconceito mais ou menos generalizado em relação à atividade política, percebida como campo muito pouco propício a comportamentos ditados pela moral. Efetivamente, nem sempre há convergência entre prática política e princípios morais, entre respeito à verdade e eficiência no exercício do poder. Este desencontro é muitas vezes interpretado em termos de uma incompatibilidade inelutável, a situar Ética e Política em domínios opostos. Por outro lado, há uma forte expectativa, particularmente nos regimes democráticos, de que os governantes se conduzam de acordo com critérios de probidade e justiça na administração dos negócios públicos (DINIZ, 1999, p. 01).

Na política a ética e moral se encontra na mesma vertente, apesar de muitas vezes se achar que as mesmas estão em outra dimensão. É comum haver uma ligação entre moral e ética,

porém, esses conceitos não são a mesma coisa. Toda categoria possui uma ética profissional, todo indivíduo ao assumir uma determinada função pública, ele é obrigado a conhecer o termo de conduta, isso irá orientá-lo sobre seus deveres e direitos. A moral é o que o sujeito julga como certo ou errado, logo, ética e política não estão em caminhos opostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as teorias apresentadas nesta pesquisa, fica nítido que a cultura influencia de uma maneira bem incisiva a gestão pública do nosso país. Apesar do Estado conter aparatos burocráticos para se distanciar de uma cultura clientelista, é visível que a sociedade brasileira, devido aos resquícios da cultura Ibérica, principalmente a portuguesa, não consegue separar o lado profissional do pessoal.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender a correlação entre a ética e a política, através da obra de Max Weber, pois muitos indivíduos acreditam que não há ética na política, com isso, esta pesquisa serve para quebrar esse paradoxo.

Já os objetivos específicos foram: 1. Explicar sobre a engrenagem política e suas peculiaridades, pois a temática principal desse subtítulo foi compreender a cultura brasileira, através da sua política; 2. Tipos de Líderes na visão de Weber, visto que, cada gestor possui um modo de administrar, com isso, esse tópico preocupou-se em compreender os traços e características principais de cada líder; 3. Funcionário administrativo e funcionário político, esse subtítulo procurou distinguir os funcionários concursados, e os funcionários comissionados, demonstrando a importância de cada um na engrenagem política; 4. Correlação entre ética e política, compreendendo que, toda classe política contém ética profissional, não prevalecendo o conceito da moral.

Com isso, cabe aos próprios cidadãos o processo de mudança na cultura política, pois, se os mesmos se distanciarem ao máximo das manobras clientelistas, certamente irá construir instituições cada vez mais consolidadas e ancoradas na legalidade.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Eli, *Ética e Política* (artigo acadêmico). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.1_03_Etica_e_politica.pdf .Acesso em: 14/03/2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. revista pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Cutitiba: Ibplex, 2009.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública Democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

WEBER, Max. **Ciência como vocação**. In: ensaios da sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Sites consultados:

SECCHI. Artigo: Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**. Março/Abril de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04>>. Acesso em: 14/03/2017.

CARVALHO (1996). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 21/02/2017.